

O PARADIGMA DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NO IST

Marta Pile¹, Carla Patrocínio²

Através de uma retrospectiva sobre o desenvolvimento dos processos de avaliação da qualidade no IST, pretende-se neste documento caracterizar os principais instrumentos de monitorização/controlo sistémico da qualidade do ensino desenvolvidos ao longo dos anos, conducentes à actual cultura de qualidade da Escola. Identificadas as ferramentas desenvolvidas, apresenta-se uma síntese do processo de reflexão sobre esta temática que a instituição atravessa, baseada na realidade actual e perspectivando a construção de um Sistema Integrado de Qualidade para o IST - SIQuIST.

I. INTRODUÇÃO

O projecto de modernização e optimização da estrutura administrativa e de gestão do IST iniciou-se em Março de 1993 e teve como principais objectivos o incremento do aproveitamento da autonomia administrativa e financeira do instituto e a adaptação e promoção da modernização da sua estrutura administrativa, fomentando a sua actualização gradual e permanente. Dentro de uma estratégia para a melhoria global da eficácia, a par de uma redução de custos, propuseram-se várias acções entre elas a dinamização de um Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP), que teve como objectivo prioritário o desenvolvimento de sistemas de aquisição de dados e de informação que por sua vez iriam permitir um planeamento adequado na área financeira, administrativa, pedagógica e na área da investigação, bem como o estabelecimento de políticas e estratégias de desenvolvimento para o IST.

Concretamente, e porque a autonomia das universidades portuguesas e o desenvolvimento do Ensino Superior (ES) implicou a criação de mecanismos de avaliação das universidades e dos seus programas curriculares, a actuação do GEP na área pedagógica tornou-se necessária no curto prazo. Era preciso assegurar que os níveis de qualidade não eram afectados nem por um período de expansão do ES, nem pela retracção económica nas despesas públicas.

A sistemática procura pela garantia da qualidade dentro da instituição, concretizou-se numa afirmação deste gabinete no contexto da Escola, encontrando-se hoje com um papel

¹ Gabinete de Estudos e Planeamento do IST (marta.pile@ist.utl.pt)

² Gabinete de Estudos e Planeamento do IST (carla.patrocinio@ist.utl.pt)

preponderante no lançamento de propostas que permitam a resposta aos novos desafios que o IST enfrenta, destacando-se presentemente a reformulação da avaliação do ES.

2. A AVALIAÇÃO DO ENSINO NO IST

É no âmbito do GEP que o IST começa a promover a realização de exercícios de avaliação do desempenho da actividade de ensino, procurando uma repercussão efectiva na melhoria dos processos, dos resultados dos seus cursos e do desempenho dos seus docentes. Deste modo, ao longo dos anos procurou desenvolver-se um sistema de avaliação que possibilitasse:

- criar estruturas e garantir os meios necessários à realização regular de exercícios de avaliação externa e interna dos seus cursos;
- instituir um sistema simples e eficaz de identificação, recolha, processamento e divulgação da informação;
- garantir que os exercícios de avaliação tivessem efeitos visíveis e atempados sobre a (re)formulação do processo educativo (e.g., definição do *numeri clausi*, selecção dos alunos, gestão dos programas das Licenciaturas, valorização das actividades de ensino, reapreciação dos objectivos, programas e métodos didácticos das disciplinas).

Os primeiros passos neste sentido foram dados no âmbito de um projecto-piloto promovido pelo CRUP no ano lectivo de 1993/94, ainda antes da publicação da primeira lei sobre a avaliação³. O modelo adoptado a nível nacional, com fortes influências do sistema holandês de avaliação, dividia-se processualmente em 2 fases distintas: uma primeira fase que, genericamente, se traduziu na elaboração de um relatório de Auto-Estudo (também designado de Auto-Avaliação) baseado num guião comum a todas as escolas; uma segunda fase, de avaliação externa, da responsabilidade da Fundação das Universidades Portuguesas (FUP) que consistia na visita, às várias escolas, de comissões de peritos externos nomeados pela FUP, que se pronunciaram sobre o relatório de Auto-Avaliação através de um relatório final público.

Obedecendo a ciclos regulares, primeiro de 6 e posteriormente de 5 anos, foram avaliadas no primeiro ciclo todas as áreas científicas das Licenciaturas do país, tendo sido abrangidas 14 das 17 Licenciaturas em funcionamento no IST.

³ Lei n.º 38/94 de 21 de Novembro (Avaliação do ensino superior), alterada pelo artigo 1º da Lei n.º 1/2003 de 6 de Janeiro.

O enquadramento de todo o processo está sistematizado na figura seguinte, que representa as vertentes do sistema educativo abrangidas.

Figura 1: Contexto da avaliação



Em linhas muito gerais, são contabilizados os resultados da análise em três momentos: do ingresso (e.g.: classificações de entrada dos candidatos), do processo educativo em todas as suas vertentes (e.g.: pessoal docente, condições de trabalho, recursos existentes, e desenvolvimento do processo de ensino em termos de organização geral, desde os processos administrativos aos conteúdos programáticos das disciplinas), e, por último, da inserção dos licenciados no mercado de trabalho.

2.1 Sistemas de monitorização/controlo da qualidade

Em resposta às lacunas identificadas nos processos de Auto-Avaliação, desenvolveram-se vários instrumentos de controlo interno e sistemático da qualidade do ensino. Esses instrumentos foram surgindo ao longo dos anos, à medida das necessidades identificadas e dos recursos disponíveis, fazendo-se aqui referência àqueles que se considera terem contribuído substantivamente para a institucionalização de uma cultura de qualidade no IST.

2.1.1 Sistema de Informação

Logo após a concretização do primeiro processo piloto de Auto-Avaliação das Licenciaturas, o IST sentiu que era imperativo institucionalizar um sistema de informação que permitisse a integração do já elevado volume de informação da instituição. A informação existente era, na sua grande maioria, de difícil acesso, dispersa, incompleta, e inconsistente, que a par de uma falta de pessoal qualificado para a contabilização dos recursos e custos de funcionamento, fazia recair todo o trabalho de elaboração do relatório de Auto-Avaliação no corpo docente.

Esse sistema deveria ser simples mas eficaz, garantir a credibilidade da informação e a sua adequação ao exercício a que se destinava, com vista a facilitar a efectivação dos meios e

procedimentos necessários para que as conclusões dos exercícios de avaliação tivessem os efeitos desejados em tempo útil.

Deste modo, em 1994 foi desenvolvido um programa informático SIAL (Sistema de Informação para a Avaliação das Licenciaturas), testado pelo GEP durante o ano de 1995, que revelou algumas insuficiências, em particular, a necessidade de importar permanentemente os dados actualizados do sistema central, o que dificultava grandemente a integração de toda a informação. Foi por isso repensada a implementação de um sistema de informação centralizado, com ligação ao sistema informático existente, e, em 1997, deu-se início a um projecto no âmbito do GEP, que se designou por SIGLA (Sistema de Informação para a Gestão de Licenciaturas e Avaliação).

Numa primeira fase, o SIGLA elegeu como processo central a Licenciatura, em torno da qual foram identificados, caracterizados e processados os fluxos de informação tendo-se procedido, numa segunda fase de expansão do sistema, ao alargamento das suas funcionalidades. O sistema foi desenvolvido em torno da página da internet do IST, que por sua vez está ligada a bases de dados que deverão ser actualizadas pelos responsáveis dos vários itens de informação, estando disponível a todos os intervenientes no processo de ensino.

Todos estes passos no sentido da sistematização e integração da informação necessária ao desenvolvimento dos vários processos, em particular dos relativos à avaliação do ensino, constituíram, posteriormente, a base da implementação de um sistema central de informação mais abrangente - projecto FÉNIX. O objectivo deste novo sistema informático, actualmente em fase de consolidação e desenvolvimento, foi o de criar um novo sistema de gestão académica integrada que respondesse às necessidades actuais de todos os intervenientes no processo educativo (serviços, professores e alunos), permitindo ganhos de tempo e de esforço, tendo sido desenvolvido de forma modular, de maneira a ser facilmente extensível e colmatar as crescentes necessidades nas novas tecnologias de informação.

2.1.2 Sistema de Avaliação do Funcionamento das Disciplinas

Como parte integrante do sistema global de avaliação pedagógica, e em articulação com os requisitos estabelecidos para as componentes internas e externas de avaliação periódica dos cursos de Licenciatura, o IST institucionalizou a realização semestral de um exercício de avaliação do funcionamento de cada uma das disciplinas leccionadas, incluindo o desempenho dos respectivos docentes.

Este sistema funciona, sem interrupções, desde o ano lectivo de 1992/93, sendo a tarefa de execução integrada no âmbito das actividades do GEP e as directrizes da responsabilidade do Conselho Pedagógico, incumbido estatutariamente de assegurar a realização regular da avaliação e zelar pela sua eficácia.

Esta avaliação, que exige a recolha de informação sobre os alunos, os docentes, as infra-estruturas e os meios didácticos disponibilizados, tem em conta duas componentes distintas: uma avaliação centrada nos resultados da própria docência (desempenho pedagógico dos docentes/resultados académicos dos alunos) e uma avaliação dos processos administrativos de apoio (disponibilização de informação actualizada sobre a organização da disciplina: programa, método de avaliação, corpo docente, etc).

O objectivo central é a determinação da eficácia do funcionamento de cada disciplina inserida nos programas dos cursos de graduação, assumindo uma perspectiva de avaliação global da mesma através de uma análise das condições do seu funcionamento durante o semestre. Na realidade, ao possibilitar que os docentes tornem conhecimento da opinião dos seus alunos acerca do funcionamento das disciplinas leccionadas, consegue-se proporcionar-lhes elementos que facilitam o reajuste de conteúdos curriculares e metodologias de ensino/aprendizagem, para além de suscitar nos alunos e nos docentes uma atitude mais participativa, crítica e responsabilizada.

2.1.3 Caracterização do Ingresso no IST

No âmbito dos processos de avaliação levados a cabo, uma das recomendações sugeria que a instituição deveria começar a ter uma maior intervenção ao nível do ingresso dos seus estudantes, nomeadamente no processo de selecção dos seus candidatos com a especificação do número de vagas, das provas específicas e notas mínimas de entrada, ou seja, nas variáveis passíveis de gestão por parte das Instituições de Ensino Superior (IES).

Desde logo (1994) se deu início a uma caracterização aprofundada do ingresso no IST através de estudos vários, a par com o desenvolvimento de planos específicos de actuação em determinadas escolas secundárias, com vista à captação dos melhores alunos. Na realidade, a experiência dita que o prestígio e a imagem que uma instituição universitária consegue criar na sociedade, leva a que os melhores alunos do ensino secundário escolham em primeiro lugar, elevando a qualidade média dos alunos ingressados.

A análise conjunta deste ponto de vista, com o posicionamento do IST face às restantes IES de engenharia no que respeita à oferta de cursos e à capacidade de captação de alunos,

permite aferir o posicionamento do IST no contexto do Ensino Superior Português (ESP), e tomar medidas correctivas que permitam inverter eventuais situações menos satisfatórias.

2.1.4 Programa de Monitorização e Tutorado

Também no seguimento de várias recomendações de peritos de avaliação externa no sentido do reforço e consolidação da Coordenação Pedagógica das Licenciaturas, na década de 90 foram pela primeira vez atribuídos recursos financeiros aos docentes Coordenadores de Curso, a par de uma acrescida responsabilização do seu trabalho neste contexto. Nesta altura, não só é alargado ao Coordenador de Licenciatura o conhecimento detalhado dos resultados das avaliações sobre o funcionamento das disciplinas e o desempenho dos docentes, como também se reforçam as iniciativas com vista ao reforço do acompanhamento da performance dos alunos, através de projectos de Tutorado e Mentorado com a participação de docentes e discentes.

Neste sentido, em 1999/2000 o GEP desenvolveu uma ferramenta informática com o objectivo de permitir uma fácil visualização do desempenho escolar dos alunos, de modo a permitir uma monitorização do seu percurso ao longo dos anos, tendo-se implementado uma experiência piloto de tutoria no âmbito da Licenciatura em Eng. Mecânica nesse ano. Em 2003, e no seguimento de um fórum de discussão sobre o insucesso académico promovido pelo GEP em colaboração com o Núcleo de Apoio Psicológico do IST (NAP), surgiu a oportunidade de alargar o tutorado a outras duas Licenciaturas (Eng. Electrotécnica e de Computadores e Minas e Georrecursos), tendo o formato de funcionamento assumido uma estrutura mais elaborada, por forma a responder às necessidades das respectivas coordenações de curso.

Neste momento o Programa de Monitorização e Tutorado funciona para todos os alunos dos 1º e 2º anos dos Cursos de 1º ciclo do IST, tendo como objectivo principal proporcionar um acompanhamento personalizado, permanente e formal do seu percurso escolar, num esforço de definição de políticas e procedimentos que viabilizem um processo de ensino/aprendizagem de excelência.

2.1.5 Relatórios Anuais de Auto-Avaliação

No seguimento da experiência dos vários exercícios de avaliação, o IST entendeu que a avaliação quinquenal dos seus cursos, não era suficiente para uma verdadeira promoção da qualidade do ensino em tempo real. Neste sentido, foi desenvolvida pelo GEP uma nova

ferramenta de apoio à monitorização dos resultados anuais dos cursos, com o objectivo de estimular a melhoria da qualidade das actividades de ensino.

Essa ferramenta traduz-se num pequeno relatório (4 páginas) de publicação anual, que pretende sintetizar os principais resultados de cada um dos cursos através de um balanço pormenorizado do seu desempenho. O corpo do documento contempla uma síntese de indicadores qualitativos e quantitativos, considerados representativos de três momentos distintos do processo educativo - Ingresso, Desempenho e Graduação - que permitem uma visão global e objectiva do curso num determinado ano.

A informação compilada adopta um formato comum a todos os cursos, em que se privilegia a expressão gráfica. Sendo um documento que interessa a toda a comunidade académica, destina-se sobretudo à coordenação dos cursos, à qual é especificamente dirigido.

2.2 Projectos em desenvolvimento

Por último, referem-se alguns projectos desenvolvidos, ou ainda em desenvolvimento, no âmbito do IST, com o objectivo de dar resposta a necessidades específicas identificadas ao longo dos processos de avaliação.

2.2.1 Projecto Alumni

Ainda no âmbito do impacto de algumas das recomendações feitas, e no que diz respeito ao relacionamento com o exterior, foram feitas repetidas recomendações no sentido de um reforço do diálogo com a comunidade, nomeadamente com os alunos graduados e respectivos empregadores.

Com este intuito lançou-se em 1998 um projecto denominado “Alumni”, visando dinamizar a relação do IST com os seus antigos alunos, por se considerar que constitui uma forma privilegiada de conhecimento do impacto das suas actividades, para além de favorecer o estreitamento dos laços com a comunidade empresarial e a sociedade em geral, e até mesmo de promover a interacção dos ex-alunos entre si.

Para além de prever a actualização sistemática dos dados pessoais do ex-aluno e a obtenção de informação sobre a sua inserção no mercado de trabalho e percurso profissional, pretende-se que o Projecto Alumni seja cada vez mais um canal de comunicação privilegiado entre o IST e os seus antigos alunos, promovendo a sua participação activa na vida da Escola. Esta participação concretiza-se não só através do envolvimento dos antigos alunos em programas de formação ao longo da vida, mas também na sua colaboração no âmbito de

actividades ligadas ao recrutamento de novos estudantes, à angariação de estágios profissionais, à organização de visitas de estudo, etc.

Este projecto, agora numa fase de relançamento, foi dinamizado, sobretudo, através do lançamento sistemático de inquéritos aos licenciados do IST, cujos resultados reflectem o seu percurso socioprofissional.

2.2.2 UNIVA

A UNIVA - UNidade de Inserção na Vida Activa, criada em Setembro de 2000 no âmbito do GEP com o apoio do IEFP, desenvolve actualmente as suas actividades no seio do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas do IST (GCRP).

Na altura considerou-se oportuno rever os mecanismos de ligação do IST ao mercado de trabalho, nomeadamente os que dizem respeito à gestão dos pedidos de informação por parte de instituições empregadoras, com o objectivo de reforçar as actividades nesta área, em particular com a criação de uma ponte entre o IST e as instituições empregadoras, que facilite e apoie a colocação dos seus finalistas no mercado de trabalho.

As actividades desenvolvidas pela UNIVA podem ser divididas em duas áreas distintas: uma de apoio aos alunos, outra de apoio às empresas. As actividades de apoio aos alunos do IST (*placement service*) prevêm: apoio à frequência de estágios e cursos de formação profissional; manutenção de uma base de dados de *curricula* de alunos finalistas, com vista à elaboração de um Guia de Finalistas; divulgação, junto das empresas e dos alunos, desses guias; divulgação de ofertas de estágio, emprego, formação profissional e apresentações de empresa; etc. As actividades de apoio às empresas/instituições empregadoras, centram-se, sobretudo, na divulgação dos *curricula* de finalistas e/ou recém-licenciados do IST, com base num serviço personalizado que deverá criar, manter e melhorar os contactos entre o IST e essas instituições.

2.2.3 Avaliação das Competências

Com a implementação do processo de Bolonha, os *Learning Outcomes* (objectivos de aprendizagem) surgem como uma das chaves para o futuro dos sistemas de garantia da qualidade.

A avaliação das competências adquiridas ao longo da formação é claramente uma temática complexa por natureza, mas, sobretudo, difícil de operacionalizar. Actualmente, está definido um quadro de qualificações para o ES Europeu (*European Qualification Framework*),

desenvolvido pelos descritores de Dublin⁴ que, pelo seu carácter generalista, não só não se revela simples de colocar em prática, como não responde às necessidades específicas da formação em Engenharia. Por entender a importância desta vertente para o futuro, o IST decidiu participar num projecto europeu nesta área, em parceria com várias outras escolas do CLUSTER (*Consortium Linking Universities of Science and Technology for Education and Research*).

Concretizando, pretende-se desenvolver uma vertente de um sistema de garantia de qualidade que traduza a relação entre o perfil de competências adquirido e o oferecido, e se, neste último, estão a ser considerados os aspectos mais importantes. De outra perspectiva, aferir quais as competências presentes e adquiridas no âmbito dos objectivos de cada unidade curricular e, conseqüentemente, em cada ano curricular, em cada grupo de disciplinas e no curso de uma forma global.

Esta análise contemplará uma vertente quantitativa e outra qualitativa, delineando um perfil da estrutura curricular dos cursos, sendo um instrumento que se julga poder sustentar o reequacionamento do processo de ensino aprendizagem no curso e a própria remodelação curricular.

3. ESTRATÉGIA PARA A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NO IST

A necessidade de adaptação ao Processo de Bolonha e à realidade internacional levou a uma profunda reflexão do ESP; em particular, conduziu a uma revisão e avaliação de todos os processos relacionados com esta realidade.

O ano de 2005 ficou marcado pelo lançamento de uma série de acções neste sentido, desde a preparação da legislação reguladora dos graus académicos e diplomas do ES, ao desencadeamento de um processo de avaliação internacional do ESP. Citando o despacho de lançamento do processo (MCTES, 2005), este processo de avaliação contemplava uma “avaliação global do sistema de Ensino Superior Português e respectivas políticas, examinando o seu desempenho global tendo por base as melhores práticas internacionais, e avaliar especificamente os actuais processos e práticas de garantia de qualidade, de acreditação e de avaliação”.

⁴ desenvolvidos pelo *Joint Quality Initiative Informal Group* (JQI), envolvendo membros pertencentes a diferentes entidades de avaliação/acreditação, estes descritores (5) facilitam a comparação de ciclos de formação à escala europeia na medida em que enunciam as competências genéricas que se espera que um estudante adquira no decorrer da sua formação.

Este processo, em linhas muito gerais, previa 3 vectores de actuação: avaliação sistémica do desempenho do sistema de ES, incluindo o aconselhamento de estratégias de racionalização e regulação para todo o sistema, conduzida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE); avaliação do sistema de garantia da qualidade do sistema de ESP, realizada pela Rede Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior (ENQA); e, finalmente, o lançamento de um programa voluntário de avaliação institucional, de âmbito internacional, conduzido pela Associação Europeia das Universidades (AEU) em colaboração com a Associação Europeia de Instituições de Ensino Superior (EURASHE), organismos com competências únicas no âmbito da avaliação das IES e com experiência de avaliação em vários países europeus.

Os resultados dos dois primeiros vectores de actuação foram apresentados em 2006, conduzindo a relatórios apresentados publicamente e largamente debatidos (*vide*, respectivamente, OCDE, 2006 e ENQA, 2006). Tais resultados e recomendações estiveram na base das propostas dos novos regimes jurídicos das instituições de ES, ainda em debate, e da avaliação da qualidade no ES, e também da formulação de uma agência de avaliação e acreditação, conforme recomendações da ENQA.

O novo sistema de avaliação do ES terá o objectivo de garantir a qualidade das instituições de ES, a transparência e comparabilidade dos seus programas de ensino a nível internacional, e ainda a mobilidade dos seus docentes e alunos, através do desenvolvimento de um “sistema de avaliação moderno, compatível com as melhores práticas internacionais, em que a avaliação exterior, independente, é obrigatória e serve de base ao processo de acreditação das instituições e dos seus cursos” (MCTESb, 2007).

Consciente da conjuntura que se vive no contexto do ESP, em particular, que:

- falar do processo de Bolonha é falar, inevitavelmente, de sistemas de garantia da qualidade;
- qualquer um dos processos de avaliação sistémica da qualidade, levados a cabo pelas organizações internacionais ENQA e OCDE, tinham como recomendações a necessidade de promoção da qualidade e excelência nos sistemas de ES como catapulta para alcançar níveis superiores de qualidade e excelência;
- a inevitabilidade das mudanças que se avizinham, nomeadamente, a resposta ao imperativo legal de preparar um processo de Auto-Avaliação, conforme previsto no projecto de decreto-lei de avaliação da qualidade no ES e o impacto que os processos de avaliação poderão vir a ter nas IES;

o IST promoveu um processo de reflexão ao nível da Escola sobre a sua política de qualidade, visando a adaptação das melhores práticas europeias de qualidade e a concretização das directrizes previstas para a qualidade no ESP. O objectivo limite deste processo de reflexão é elevar ao seu expoente máximo a cultura de qualidade já enraizada nesta instituição.

As práticas e os procedimentos desenvolvidos ao longo do tempo, explorados nos pontos anteriores, traduziram-se num conjunto de processos institucionalizados na Escola, que reflectem a busca pela (re)avaliação constante dos seus pontos fracos, especialmente ao nível académico. A figura seguinte traduz o percurso tomado na senda da qualidade no contexto desta instituição, antevendo o que se pretende para o futuro, ou seja, um Sistema Integrado para a Qualidade no Instituto Superior Técnico (SIQuIST).

Figura 2: O Caminho da Qualidade no IST



Com tal sistema não se pretende um modelo estático a aplicar apenas uma vez, mas sim um processo de melhoria da qualidade contínuo, com uma revisão cíclica dos resultados (Figura 3), não só ao nível do processo de ensino/aprendizagem, o principal foco dos processos anteriores, mas sim da instituição como um todo, numa aferição total do cumprimento da sua missão e objectivos.

Figura 3: Modelo SIQuIST



Para a implementação do sistema integrado da qualidade aqui previsto, está em curso a elaboração de um painel SWOT⁵ para a Escola de acordo com o quadro metodológico previsto⁶, visando a construção de um plano estratégico a implementar a curto prazo. Os actores intervenientes neste sistema incluem toda a comunidade académica (alunos e ex-alunos, docentes, investigadores, funcionários), com os devidos inputs por parte das entidades externas à instituição, nomeadamente, a comunidade científica, os parceiros institucionais e a sociedade empresarial.

Com este projecto pretende-se um sistema credível e efectivo, que imprima a melhoria contínua e o reajustamento, em tempo real, dos processos internos, salientando que o desenvolvimento do SIQuIST e a contínua preocupação com a qualidade e com a melhoria contínua, integram-se *per se* nas normas e directrizes das melhores práticas europeias para a garantia da qualidade.

Numa primeira análise dos documentos de referência (MCTESb, 2007 e ENQA, 2005) verifica-se que persistem as duas

Figura 4: Áreas da avaliação qualidade



⁵ Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*).

⁶ ENQA, 2005 e MCTES, 2007

grandes componentes do processo de avaliação institucional: interna (Auto-Avaliação das instituições) e externa (avaliação externa levada a cabo pela Agência de Avaliação e Acreditação para a Garantia da Qualidade do Ensino Superior).

O processo de avaliação institucional interna, designado por Auto-Avaliação da instituição, será um dos alvos do SIQulST podendo-se, de uma forma genérica, caracterizar os parâmetros que o compõem em quatro grandes áreas: processo ensino/aprendizagem, investigação, desenvolvimento e inovação (I&DI), ligação à sociedade e internacionalização.

Conforme referido anteriormente, está em curso uma análise SWOT do IST perante este quadro metodológico, podendo adiantar-se que, com a consciência que existe ainda um longo caminho a percorrer, a vertente do processo de ensino/aprendizagem é, certamente, a que mais tem sido explorada no âmbito da cultura da qualidade desenvolvida nos últimos anos.

Os resultados desta análise encontram-se numa fase muito preliminar enquanto base estratégica para uma sistema integrado de garantia da qualidade, prevendo-se num futuro breve a sua discussão pela Escola e pelas várias instâncias responsáveis pela sua implementação. Constante será, certamente, a manutenção do lema que tem acompanhado esta instituição pelos meandros da qualidade e da procura incessante pela excelência: AVALIAR PARA EVOLUIR ou INFORMAR PARA PLANEAR têm sido as palavras-chave do trabalho desenvolvido no IST, e para o qual o GEP em muito tem contribuído. Planejar de acordo com os objectivos fixados e avaliar os resultados obtidos, implementar medidas de correcção da qualidade com base nesses resultados e eventualmente redefinir os objectivos numa promoção constante da qualidade, são procedimentos que deverão ser mantidos, e que efectivamente têm levado a um reforço da autonomia do IST e à criação de mecanismos próprios de auto-regulação da Escola.

Bibliografia

D. F. G. Durão, I. C. Teixeira, J. P. Teixeira, M. Pile (1997), *Classificação e Ordenação de Cursos e Instituições de Ensino Superior*, In Revista da Ordem dos Engenheiros nº 15.

ENQA (2005). *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area*. Disponível em: <<http://www.enqa.eu/files/ENQA%20Bergen%20Report.pdf>>. Acesso em: 25-06-2007.

ENQA (2006). *Garantia de Qualidade do Ensino Superior em Portugal: uma avaliação e recomendações para um futuro sistema*. Disponível em:

<<http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/EPHEreport.pdf>>. Acesso em: 25-06-2007.

J. P. Teixeira, I. C. Teixeira, M. Pile, D.F.G. Durão (1998), *From Continuing Education to Continuing Learning - Using Self-Assessment and Process Monitoring*, Proceedings da “7th World Conference on Continuing Engineering Education - The Knowledge Revolution, the Impact of Technology on Learning”, Torino, Italia.

MCTES (2005). *Despacho lançamento avaliação internacional do ES*. Disponível em: <http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Despacho_Avaliacao.pdf>. Acesso em: 25-06-2007.

MCTESa (2007). *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior: Proposta de Lei aprovada no Conselho de Ministros de 14 de Junho para submeter à Assembleia da República*. Disponível em: <<http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/RJIES.pdf>>. Acesso em: 25-06-2007.

MCTESb (2007). *Novo regime jurídico da avaliação do Ensino Superior (a submeter à Assembleia da República)*. Disponível em:

<<http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/lav.pdf>>. Acesso em: 25-06-2007.

MCTESc (2007). *Agência de Avaliação e Acreditação para a Garantia da Qualidade do Ensino Superior (Projecto decreto-lei para consulta pública)*. Disponível em:

<http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/projecto_cp.pdf>. Acesso em: 25-06-2007.

OCDE (2006). *Relatório de avaliação do sistema do Ensino Superior Português*. Disponível em: <http://www.mctes.pt/index.php?id_categoria=67&id_item=3000&action=2>. Acesso em: 25-06-2007.

Pile, M., Teixeira, I., Teixeira, J., Durão, D. F. G. (1997). *Quality and Development in Engineering Education at IST*. Proceedings do Seminário do SEFI "A Tool to Improve the Learning Process/Evaluation and a Quality Development in Engineering Education", Grimstad, Noruega.